



## Água, Mídia e Poder: a Construção do Imaginário Popular nos Jornais da RMC<sup>1</sup>

Graça Caldas, docente e pesquisadora do IMES, Unicamp e Metrocamp<sup>2</sup>

Lara Andréa Crivelaro Bezzon, docente e pesquisadora da Metrocamp<sup>3</sup>

Luciana Bernardo Miotto, docente e pesquisadora da Metrocamp<sup>4</sup>

Maria José da Costa Oliveira, docente e pesquisadora da Metrocamp<sup>5</sup>

Vera Regina Toledo Camargo, docente e pesquisadora da Unicamp<sup>6</sup>

### Resumo

Estudo iniciado em 2004, cujo objetivo é verificar se/como os veículos de comunicação tratam temas de interesse regional. Hipótese: os meios de comunicação de massa exercem papel importante na formação da opinião pública. Assim, após a formação da RMC, os veículos de comunicação podem ser importantes aliados/representantes dos diferentes grupos sociais junto aos poderes locais para a defesa dos interesses públicos locais/regionais nas esferas dos governos estadual/federal. Pesquisa exploratória, comparativa, de natureza qualitativa, sob a perspectiva de leitura crítica da mídia, cujo recorte temático é a água, analisada, em momentos específicos, nos principais jornais da RMC. Concluiu-se que ao noticiar temas de interesse da região, veículos de comunicação podem contribuir para a conscientização dos problemas regionais.

**Palavras-chave:** Comunicação; Água; Região Metropolitana de Campinas.

### 1 Introdução

Iniciado em 2004, este estudo teve como ponto de partida a construção de uma problemática definida pelos seguintes questionamentos: como os meios de comunicação da Região Metropolitana de Campinas (RMC), formada por 19 municípios, interagem com os poderes Executivo/Legislativo? Que influência exercem na formação do imaginário popular e no comportamento dos diferentes atores sociais?

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao NP Comunicação para a Cidadania, do VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

<sup>2</sup> Jornalista, Especialista em Comunicação Integrada, Doutora em Ciências da Comunicação pela ECA-USP. Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). É pesquisadora-associada e professora do curso *Lato Sensu* de Jornalismo Científico do Labjor/Unicamp; líder do grupo de Pesquisa Comunicação Científica, Mídia e Poder do CNPq; coordenadora do curso *Lato Sensu* em Jornalismo Contemporâneo da Metrocamp e pesquisadora do CEPACCC. [gcaldas@unicamp.br](mailto:gcaldas@unicamp.br)

<sup>3</sup> Cientista Social, Doutora em Sociologia pela Unesp/Araraquara, Mestre em Sociologia pela Unicamp. Coordenadora Geral da Pós-Graduação da Metrocamp. Coordenadora do curso de Pós-Graduação em Comunicação em Marketing da Metrocamp. Pesquisadora do CEPACCC. [laracri@terra.com.br](mailto:laracri@terra.com.br)

<sup>4</sup> Graduada em Ciências Sociais, Mestre pela UNICAMP, Doutora em Sociologia pela Unesp/Araraquara. Coordenadora do Curso de Especialização em Gestão Ambiental da Metrocamp. Pesquisadora do CEPACCC. [lubibis@uol.com.br](mailto:lubibis@uol.com.br)

<sup>5</sup> Bacharel em Relações Públicas; pós-graduada em Administração de Marketing; Mestre e Doutora em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. Coordenadora dos cursos de graduação em Publicidade e Propaganda e Relações Públicas, pós-graduação em Comunicação Pública da METROCAMP. Pesquisadora do CEPACCC. [zezeoliveira@uol.com.br](mailto:zezeoliveira@uol.com.br)

<sup>6</sup> Professora de Educação Física, Mestre pela Unicamp, Doutora pela UMEP. Coordenadora associada do NEDECRI (Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade). Pesquisadora do Labjor (Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo), ambos da Unicamp. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Mídia Esportiva da INTERCOM. Professor do curso de Comunicação Social e Midiologia da Unicamp, coordenadora do curso *Lato Sensu* em Comunicação e Marketing Esportivo da Metrocamp. Pesquisadora do CEPACCC. [verarte@unicamp.br](mailto:verarte@unicamp.br)



Estas foram questões norteadoras de um projeto de pesquisa mais amplo, denominado “Comunicação, Cultura e Cidadania” e que consiste, fundamentalmente, na análise de diversas temáticas presentes na configuração da Região Metropolitana de Campinas (RMC).

Neste estudo, especificamente, o objetivo tem sido, desde 2004, verificar se e como os veículos de comunicação de massa, notadamente a imprensa escrita, tratam temas de interesse regional. A hipótese é de que estes exercem papel importante na formação da opinião pública e, deste modo, podem ser importantes aliados e/ou representantes dos diferentes grupos sociais junto aos poderes locais para a defesa dos interesses públicos locais e regionais nas esferas dos governos estadual e federal. O recorte temático foi a “água”, importante recurso natural e que, na RMC, apresenta problemas de poluição e escassez. Seu manejo é tema de interesse geral e, especialmente, regional.

A base teórica do trabalho discute três vertentes fundamentais:

- a) os estudos que tratam das relações entre o global *versus* o local, com destaque para as análises de Castells (1999);
- b) a perspectiva interdisciplinar da questão ambiental, uma vez que, para sua compreensão, reúne diferentes saberes;
- c) os estudos sobre mobilização social, especialmente presentes nas análises de Toro e Werneck (1997).

Em relação à metodologia, trata-se de pesquisa exploratória, comparativa, de natureza qualitativa, sob a perspectiva de leitura crítica da mídia. Examinou-se a cobertura de temas relacionados à água nos principais jornais da RMC, em três momentos:

- a) no período de 21 a 28 de março de 2004<sup>7</sup> e de 19 a 25 de março de 2006<sup>8</sup>, por ocasião do Dia Mundial da Água (22 de março);
- b) no período de 3 a 9 de outubro de 2005<sup>9</sup>, em função da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia cujo tema era “Brasil, olhe para a água!”<sup>10</sup>.

---

<sup>7</sup> Os resultados deste trabalho intitulado “Mídia e Poder: Configurações e Relações na RMC” foram apresentados no Congresso da IAMCR, em Porto Alegre, Brasil, em 2004, na sessão 7, intitulada “Local Community Media” e publicado, posteriormente, na Revista *Comunicarte*, v. 23, n. 29, em 2004.

<sup>8</sup> Os resultados desta etapa estão sendo apresentados no XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom).

<sup>9</sup> Os resultados foram apresentados no último Lusocom, ocorrido no período de 21 a 22 de abril de 2006, em Santiago de Compostela, Espanha.

<sup>10</sup> O objetivo da *Semana* foi o de mobilizar a opinião pública para participação nos diferentes eventos para que, individual e coletivamente, as pessoas voltassem seu olhar para a qualidade da água, criando assim uma cultura ambiental para a preservação de um recurso vital para a humanidade. As discussões sobre a temática da água foram



Quanto à análise de dados, optamos pela leitura crítica da mídia. Como observa Moran (1993), a leitura da comunicação permite uma visão dos sistemas de mundo de valores dos indivíduos, grupos e classes sociais, todos comprometidos em processo de interação contínuo. Pode-se apreender, por meio desta leitura, as relações humanas e econômico-sociais que se estabelecem entre os diversos atores sociais, procurando desvendar as diferenças entre o discurso e a *práxis*.

O *modus operandi* da pesquisa está fundamentado, epistemologicamente, nos Estudos Culturais, cujo objetivo é definir, segundo Wolf (1995), o estudo da cultura de uma sociedade como um campo de análise conceitualmente importante e fundamentado. Na idéia de cultura estão implícitos significados e valores dos grupos sociais e suas práticas.

O trabalho foi desenvolvido levando-se em conta a pesquisa bibliográfica e documental. Os procedimentos compreenderam uma análise comparativa entre os jornais de maior tiragem (número de exemplares) em cada um dos 19 municípios da RMC e os temas em destaque foram: água; Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (para o período de 3 a 9 de outubro de 2005) e RMC.

Diante do exposto, apresentamos, neste artigo, mais uma etapa do estudo iniciado em 2004, relativa às análises do ano de 2006. A fundamentação teórico-metodológica junto à discussão dos temas ligados à configuração da RMC, à água e às relações entre o poder e a mídia serão abordados logo a seguir.

## **2 A Configuração da RMC: Global *versus* Local**

Em relação à globalização há dois movimentos contrários que se complementam. Por um lado, a aldeia global se comunica de forma instantânea devido ao poder das novas tecnologias da informação; os mercados globais alteraram as economias, afetando profundamente as identidades locais.

De outro lado, sem que os benefícios da globalização tenham se expandido a todos os povos, há um movimento que luta pela manutenção das identidades locais e das culturas regionais. É o pensar local e agir global, idéia que estimula diversas sociedades

---

direcionadas aos seguintes aspectos: sua riqueza e constituição; a poluição que afeta os recursos hídricos e, conseqüentemente, a qualidade dos mesmos; formas de aproveitamento e reutilização da água, com vistas à sustentabilidade. Deste modo, a água é vista como questão global, regional e, sobretudo, local.



a percorrerem caminhos contrários aos dos idealizadores dos mercados globais. Luta-se, enfim, pela cidadania local como forma de resistir à força da cultura globalizada.

Desta forma, segundo Castells (1999), a globalização é também a era do ressurgimento do nacionalismo. Ele se manifesta nos desafios impostos aos Estados-Nação pela defesa das identidades nacionais em oposição ao estrangeiro. Aqueles que imaginavam a morte do nacionalismo, em virtude da internacionalização das instituições políticas de uma cultura globalizada e difundida pela mídia eletrônica, ficaram espantados com este fenômeno. Os laços comunitários e locais têm se colocado contra a economia e os mercados globais em uma tentativa de recuperarem a força regional para a solução de problemas comuns, tais como os ambientais.

De acordo com Castells (1999), a identidade territorial está na base dos governos locais. São estes atores importantes por estarem posicionados contra a força hegemônica dos fluxos globais. É, segundo o autor, a reinvenção da “cidade-estado”.

Frente ao exposto, há também uma discussão sobre a própria política, no sentido de que a verdadeira política perdeu seu poder, já que o espaço público, segundo Bauman (2000) foi tomado pelo capital; os mecanismos da incerteza e da insegurança são globais, fora do alcance das instituições políticas que, ao contrário, são locais.

Para Bauman uma sociedade, para ser independente, precisa de indivíduos independentes, e estes só podem ser livres em uma sociedade autônoma, isto é, os indivíduos são livres quando podem instituir uma sociedade que promova sua liberdade. Podem fazer isso quando influenciam as condições de sua própria existência e, neste sentido, a discussão pública é a essência de toda política autêntica, diferente da política relacionada ao mero exercício do poder.

Daí a importância da mídia e do papel que ela exerce na (in)formação das mentalidades e na construção do imaginário coletivo. Ela tem o poder de interferir nas agendas públicas e privadas, determinando atitudes e conduzindo mudanças. Destaque para as idéias de Toro e Werneck (1997), que implicam em novas formas de construção da cidadania tomando por base a democratização da informação, e de um espaço público no qual o acesso à informação e sua circulação são garantias para a mobilização social com vistas à transformação.

Assim, para se entender a cultura local e poder interferir no processo de transformação social é necessário, inicialmente, conhecer o comportamento, hábitos e atitudes de uma população, tomando-se por base a influência dos meios de comunicação na formação do imaginário popular. Ao mesmo tempo, implica em poder e saber utilizar



as ferramentas da comunicação no processo de emancipação política e cultural para que os diferentes atores sociais transformem-se em agentes de sua própria história.

Ao nos referirmos à Região Metropolitana de Campinas (RMC), onde as políticas locais e globais se interpenetram, tivemos como recorte inicial de pesquisa, a temática ambiental referente aos recursos hídricos, verificando como ela é discutida pela mídia, no jogo das relações de poder na RMC.

Os recursos hídricos apresentam as mesmas características que tornam a Ecologia uma área de estudos multidisciplinar. Os problemas ambientais ultrapassam as fronteiras geográficas estabelecidas nos mapas de forma que a temática ambiental é, ao mesmo tempo, local e global. É social e política, emergindo como uma das áreas de conhecimento mais importantes do cenário mundial, ao lado de temas como segurança internacional e economia global; compromete ricos e pobres, sociedades e Estados. Sobretudo, é uma questão vital porque envolve a biosfera e todas as formas de vida que nela habitam.

Pela diversidade cultural, pela importância econômica, científica e tecnológica, pela representatividade nacional, a Região Metropolitana de Campinas (RMC), constituída em junho de 2000<sup>11</sup> e localizada no Estado de São Paulo, foi selecionada como *locus* desta pesquisa. Composta por 19 municípios<sup>12</sup> administrados por diferentes partidos, a RMC, por meio do Conselho do Desenvolvimento Metropolitano, integrado pelos prefeitos e representantes do Estado, busca a gestão compartilhada dos problemas comuns.

Fernandes, Brandão e Cano (2002) fornecem um amplo panorama sobre a RMC, apresentando-nos dados relativos à demografia, à economia e aos desafios futuros que já se evidenciam nos municípios que compõem a região. Segundo os autores, com uma população de 2,3 milhões de habitantes, a RMC ocupa uma área de 3.673 km<sup>2</sup>. Em termos gerais, em relação à população e à produção industrial, apresenta taxas de crescimento superiores à média estadual. A renda *per capita* é 2,5 vezes maior do que a brasileira e, em 1999, o PIB era equivalente a cerca de 3,8% do PIB brasileiro.

Quanto à dinâmica demográfica, a região sofreu o mesmo processo de urbanização acelerada ocorrido em outras regiões do país, a exemplo de São Paulo. As migrações tiveram importante papel nesse processo e, ainda hoje, são intensos os

---

<sup>11</sup> A RMC foi constituída pela Lei Complementar nº 870 de 19/06/2000.

<sup>12</sup> Municípios da RMC: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara D'Oeste, Santo Antonio de Posse, Sumaré, Valinhos, e Vinhedo.

movimentos migratórios intrametropolitanos, devido a dois fatores principais: a integração regional, evidenciada pelo processo de conurbação, e o mercado de trabalho regionalizado. Neste sentido, o Município de Campinas (sede da RMC) é um exemplo de pólo de atração populacional tanto de classes D e E, que buscam melhor oferta de serviços, tais como educação e saúde, mas também de classes A e B, já que nesta área ocorre uma demanda por empregados qualificados.

Atualmente, é a segunda maior concentração industrial regional do estado de São Paulo e do resto do país. De certo modo, Fernandes, Brandão e Cano afirmam as vantagens locacionais da RMC para o setor industrial: a proximidade com a Região Metropolitana de São Paulo; a logística aeroportuária<sup>13</sup> e rodoferroviária; a disponibilidade de mão-de-obra qualificada e de pesquisa em Ciência e Tecnologia pela instalação, na região, de inúmeros centros de pesquisa, faculdades e universidades.

O moderno sistema viário regional, as cadeias produtivas diversificadas e a alta mobilidade espacial constituem fatores de integração da dinâmica metropolitana. No entanto, a região apresenta o dualismo marcante do próprio país: características de uma região desenvolvida e industrializada, com pólos de tecnologia e índice de consumo de bens maior do que metrópoles como Brasília, Curitiba e São Paulo misturadas a problemas estruturais tais como: processo de periferização das camadas sociais de menor poder aquisitivo; desemprego; deterioração da renda e altos índices de violência.

Diante deste panorama, os desafios que se apresentam para a gestão compartilhada da RMC são inúmeros. Segundo Fernandes, Brandão e Cano, os problemas metropolitanos ultrapassam a soma dos orçamentos dos 19 municípios que compõem a RMC, além das evidentes assimetrias entre eles. Entre esses problemas, três merecem destaque: os serviços de transporte, a oferta de habitação e os recursos hídricos, este último objeto da investigação que nos propusemos a realizar.

Em relação aos recursos hídricos, Yahn e Giacomini (2002) afirmam que os problemas são os mesmos de outras regiões do país densamente urbanizadas e industrializadas: falta de saneamento básico e de tratamento de esgotos; devastação indiscriminada da cobertura vegetal e ocupação de áreas de várzeas e cabeceiras de rios; invasão de áreas de proteção de mananciais e disposição inadequada de resíduos sólidos. Todos estes problemas caracterizam uma gestão precária dos recursos hídricos, incluindo-se aí, entre outros fatores, a ausência de uma visão abrangente sobre toda a

---

<sup>13</sup> Possui o 2º maior aeroporto de cargas do país, Viracopos, atualmente, em fase de expansão.

bacia hidrográfica (referente à bacia hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – PCJ) na busca de soluções integradas entre os municípios (muitos hoje parte da RMC), já que os problemas são interdependentes. Prevaleram as ações isoladas, limitadas às fronteiras de cada município.

Yahn e Giacomini também ressaltam os conflitos existentes no uso das águas, em relação aos decorrentes da transferência entre bacias, notadamente no caso da reversão da água da bacia hidrográfica do rio Piracicaba para a bacia do Alto Tietê, através do Sistema Cantareira, para abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo. O sistema Cantareira foi responsável pelas primeiras manifestações populares em torno do regime fluvial da bacia do rio Piracicaba e da conseqüente degradação de suas água, em virtude da baixa diluição dos despejos industriais.

Atualmente, os autores mencionam ações que mostram o avanço decorrente deste processo: a criação do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba e Capivari<sup>14</sup>; as Políticas Estadual e Federal de Recursos Hídricos que levaram ao surgimento dos comitês de bacias, à Lei de Crimes Ambientais, à própria criação da RMC e ao Estatuto da Cidade. Todas estas ações promoveram um novo ordenamento das questões concernentes aos recursos hídricos, no contexto de uma proposta de desenvolvimento regional.

De acordo com Yahn e Giacomini, a disponibilidade hídrica da RMC é de 1.200 m<sup>3</sup>/hab/ano, índice considerado inferior ao aceitável pela ONU (1.700 m<sup>3</sup>/hab/ano), o que caracteriza a RMC como região de escassez hídrica. A transferência de parte da água para a bacia do Alto Tietê pelo Sistema Cantareira agrava a situação existente<sup>15</sup>. No entanto, a falta de tratamento de esgotos é um dos principais problemas dos recursos hídricos da RMC<sup>16</sup>.

Frente à temática ambiental, tão cara a RMC no caso da água, os desafios que se apresentam à gestão dos problemas comuns são inúmeros. Davanzo e Negreiros (2002) apontam três desafios fundamentais para a gestão metropolitana: primeiro, a própria fragmentação governamental que a região metropolitana representa, na qual se

---

<sup>14</sup> A atuação do Consórcio é estratégica em uma região de alta demanda por água e escassez hídrica. O objetivo fundamental é a integração entre os municípios na definição e implementação de programas e ações na área de gestão de recursos hídricos. Neste sentido, obteve êxito ao se colocar como fórum privilegiado de ações na gestão dos recursos hídricos regionais.

<sup>15</sup> A situação do abastecimento de água é crítica devido à pressão da demanda, mas também à reversão de 31 m<sup>3</sup>/s pelo Sistema Cantareira, para abastecimento da população de São Paulo.

<sup>16</sup> O abastecimento de água possui ampla cobertura na RMC, mas as perdas do sistema ainda são muito grandes, gerando grande desperdício. No caso de sistema de esgotamento sanitário, dos 19 municípios da RMC, oito possuem índice de cobertura inferior a 80%.

interpenetram vários níveis de governo e que nem sempre mantêm relações harmoniosas entre si; segundo, a falta de centralidade das questões urbanas e metropolitanas nas agendas governamentais propiciam que as estruturas de governo atuem setorialmente, impedindo ações de interesse comum; a visão localista dos prefeitos que atuam como se seu município não fizesse parte de um contexto metropolitano; por fim, os limitados recursos financeiros frente a uma crescente demanda de problemas comuns, tais como no caso dos recursos hídricos.

O órgão central de gestão da RMC é o Conselho de Desenvolvimento da RMC, com caráter normativo e deliberativo. Também existem Câmaras Temáticas, ligadas ao exercício de funções públicas de interesse comum; o Fundo Metropolitano de Desenvolvimento e a Agência de Desenvolvimento, voltada para a execução dos projetos que são aprovados pelo Conselho.

No entanto, a resolução dos problemas metropolitanos passa por uma gestão integrada que ainda não se efetivou. Conforme Bueno, Machado e Silva Filho (2002), a gestão conjunta de funções públicas de interesse comum apresenta, na RMC, desafios políticos e institucionais que residem na necessidade de superação do atual modelo centralizador, baseado (ainda) em uma visão tecnoburocrática.

O governo municipal tem, portanto, um papel estratégico no desenvolvimento e exercício da cidadania, razão pela qual a gestão compartilhada dos problemas ambientais e também de problemas relacionados à saúde, ao saneamento e ao transporte, é inadiável para garantir o bem-estar público. Os prefeitos da RMC, independente de partidos, são os que estão mais próximos dos cidadãos e, por isso mesmo, tendem a conhecer melhor a realidade, as necessidades e as características das localidades onde vivem seus habitantes (OLIVEIRA, 2001). Ainda de acordo com Oliveira (2004), as mudanças no Estado brasileiro acontecem, especialmente, ao nível municipal, que vem apresentando experiências inovadoras de parceria entre o poder público e a sociedade civil.

Para se consolidar tal parceria, a autora afirma que é preciso estabelecer uma base de confiança, por meio da qual seja possível viabilizar políticas públicas que atendam o interesse público de modo efetivo. Neste sentido, é fundamental que o governo possua um conceito favorável junto à opinião pública para poder exercer com maior eficácia sua função de administrador das questões públicas.

Entretanto, não basta que um determinado município adquira, isoladamente, essa relação de confiança. Muitas vezes, podemos perceber que um município consegue



desenvolver-se, afetando, em contrapartida, os municípios vizinhos. Isso acaba, muitas vezes, transferindo o problema de uma localidade para outra, sem a busca de uma solução que atenda às necessidades da população de toda uma região. Ao elaborar suas políticas públicas, um governo não pode ter apenas visão e ação locais. É preciso ter em mente a necessidade de ação conjunta.

É neste contexto que a estruturação da RMC pode ser concebida como uma ação estratégica para o atendimento das necessidades de uma população num nível de macroabrangência. A RMC representa a idéia de se pensar global e agir local e regionalmente, privilegiando uma visão de longo prazo que extrapole as fronteiras dos municípios, sem esquecer as suas peculiaridades.

### **3 Mídia e Poder: Configurações na RMC**

Embora possamos constatar que, muitas vezes, a mídia contribua para a construção de uma imagem negativa do governo, provocando assim maior distanciamento entre este e os cidadãos, em outros, como no caso específico dos recursos hídricos, revela-se parceira fundamental do poder público e da sociedade civil em geral. Neste caso, desde que comprometida com os interesses da população.

Como lembra Caldas (2005, p. 140):

[...] compreender a história da mídia sua trajetória e entrelaçamento com os poderes públicos ou privados é fundamental para o entendimento da elaboração da memória coletiva. Como historiadores do cotidiano, as diferentes representações da mídia contribuem em seus diferentes formatos e linguagens para a construção e formação das mentalidades na sociedade moderna.

O papel da mídia é, portanto, fundamental na construção do imaginário popular. As informações veiculadas pela imprensa, associadas aos interesses específicos de diferentes grupos, exercem um poder real para mudanças no curso da própria história, uma vez que “alimenta” a mobilização pública ou dos representantes dos diferentes poderes para legitimar atos ou ações, daí sua imensa responsabilidade social.

Desta forma, tivemos como um dos objetivos desse trabalho realizar um levantamento preliminar dos jornais que circulam na região para compreender *se e como* estes jornais tratam temas de interesse regional, notadamente os recursos hídricos.



Partimos da hipótese de que, após a formação da RMC, em junho de 2000, os veículos de comunicação podem ser importantes aliados aos poderes locais (Executivo, Legislativo e Judiciário) para a defesa dos interesses públicos em relação aos governos estadual e federal. Nesse sentido, a ação conjunta em noticiar, *simultaneamente*, temas de interesse da região, contribui para a conscientização dos problemas regionais e a busca de soluções integradas.

Com base na proposta deste estudo, demonstramos, a seguir, os resultados preliminares do comportamento dos veículos impressos da RMC e dos diferentes atores sociais envolvidos com a questão ambiental destacando os problemas relacionados aos recursos hídricos.

### 3.1 Resultados e Discussão

Na Tabela 1, encontramos os jornais analisados e a quantidade de matérias referentes aos temas propostos (*água e RMC*) para o período de 19 a 25 de março de 2006.

**Tabela 1 – Municípios da RMC e Jornais Analisados**  
Número de matérias sobre Água e RMC no período 19 a 25 de março de 2006

Município	IDH <sup>a</sup>	Ranking do IDH (São Paulo)	População <sup>b</sup>	Jornal	Tiragem média	Número de matérias		
						Água	RMC	Total
Americana	0,840	19	196.497	<i>Todo Dia</i>	20.000	9	2	11
Arthur Nogueira	0,796	200	39.465	<i>Folha da Semana<sup>c</sup></i>	5.000	-	-	-
Campinas	0,852	8	1.029.898	<i>Correio Popular</i>	50.000	15	2	17
Cosmópolis	0,799	177	50.366					
Eng. Coelho	0,791	234	11.899					
Holambra	0,827	42	8.162	<i>Jornal da Cidade<sup>d</sup></i>	3.000	2	-	2
Hortolândia	0,790	246	184.069	<i>Jornal de Hortolândia</i>	5.000	-	-	-
Indaiatuba	0,829	36	172.140	<i>Tribuna de Indaiá</i>	7.000	1	1	2
				<i>Votura</i>	6.000	4	-	4
Itatiba	0,828	41	92.780	<i>Jornal de Itatiba</i>	5.000	5	2	7
Jaguariúna	0,830	34	32.978	<i>Gazeta Regional<sup>e</sup></i>	10.000	1	-	1
Monte Mor	0,783	293	44.193					
Nova Odessa	0,826	45	45.629	<i>Jornal de Nova Odessa</i>	6.000	1	-	1
Paulínia	0,847	13	60.875	<i>Jornal de Paulínia</i>	5.000	1	-	1
Pedreira	0,810	104	39.220					
Sta. Bárbara d'Oeste	0,819	68	182.130	<i>Diário<sup>f</sup></i>	11.000	10	-	10
Sto. Antonio de Posse	0,790	244	20.578	<i>O Regional<sup>g</sup></i>	12.000	3	-	3
Sumaré	0,800	174	220.937	<i>Tribuna Liberal</i>	5.000	6	-	6
Valinhos	0,842	16	90.155	<i>Folha de Valinhos</i>	6.000	1	-	1
Vinhedo	0,857	4	56.062	<i>Jornal de Vinhedo</i>	5.000	2	1	3
<b>RMC</b>			<b>2.578.033</b>	<b>TOTAL: 15 jornais*</b>	<b>161.000</b>	<b>61</b>	<b>8</b>	<b>69</b>
<b>19 municípios</b>								



<sup>a</sup> IDH: Índice de Desenvolvimento Humano considerado padrão pela ONU e que leva em consideração dados de renda, educação, saneamento básico, entre outros. Fonte: Fundação SEADE e dados referentes a 2000.

<sup>b</sup> Fonte: Fundação SEADE e dados referentes a 2005.

<sup>c</sup> Circula em Arthur Nogueira (sede), Cosmópolis, Paulínia, Holambra e Eng. Coelho.

<sup>d</sup> Circula em Holambra (sede), Artur Nogueira, Campinas, Jaguariúna e Sto. Antonio de Posse.

<sup>e</sup> Circula em Jaguariúna (sede), Holambra, Artur Nogueira, Sto. Antonio de Posse, Pedreira.

<sup>f</sup> Circula em Sta. Bárbara d'Oeste (sede), Americana, Nova Odessa e Sumaré.

<sup>g</sup> Circula em Sto. Antonio de Posse (sede), Artur Nogueira, Cosmópolis, Eng. Coelho, Estiva Gerbi, Jaguariúna, Mogi Guaçu, Mogi Mirim.

\* Embora sejam 19 municípios que compõem a RMC, foram analisados 15 jornais, uma vez que quatro veículos são de caráter regional e circulam em municípios que não têm jornais próprios. No caso de Indaiatuba, são 2 os veículos destacados na pesquisa.

Inicialmente analisamos a Primeira Página dos jornais selecionados e registramos o número de vezes em que apareciam os termos *água* e *RMC*, identificando os temas abordados para uma breve análise de conteúdo. Também realizamos uma análise qualitativa em que foram identificados: os gêneros (Informativo e Opinativo) e sub-gêneros jornalísticos em que os temas em destaque foram tratados; as fontes utilizadas nas matérias veiculadas, bem como a abordagem dos textos para uma posterior análise das relações entre os poderes constituídos e a sociedade civil<sup>17</sup>.

Dos 15 jornais analisados, cinco deles já se caracterizam como regionais, ao incluírem em seu cabeçalho os nomes dos municípios vizinhos em que circulam, como pode ser observado na Tabela 1. A maioria tem formato *standard* (14), sendo apenas um tablóide. Apenas os jornais *Correio Popular*, de Campinas e *Todo Dia*, de Americana, circulam todos os sete dias da semana. Três deles, *Diário*, de Santa Bárbara D'Oeste, *Tribuna Liberal*, de Sumaré e *Jornal de Itatiba*, de Itatiba circulam todos os dias, à exceção das segundas-feiras.

Os demais circulam de uma a três vezes por semana, normalmente às sextas e sábados. A tiragem média dos jornais varia de um mínimo de 3 mil (*Jornal da Cidade*, de Holambra), a um máximo de 50 mil (*Correio Popular*, de Campinas). O *Correio Popular*, com 78 anos de existência é, notadamente, o jornal mais estruturado da RMC e com o maior volume de cadernos e anúncios.

No primeiro momento da pesquisa, quando se analisou a semana de 22 a 28 de março de 2004, o tema *água* esteve presente em 25 matérias analisadas; o tema *RMC* foi contemplado em 31 matérias, ambos totalizando 56 matérias. Embora os recursos hídricos representem assunto estratégico para a região, nem todos os jornais o

---

<sup>17</sup> Na primeira pesquisa realizada, a pesquisa qualitativa recorreu aos jornais de três municípios da RMC que estavam classificados entre os 20 primeiros no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado de São Paulo. São eles: Vinhedo (4<sup>o</sup> lugar), com o *Jornal de Vinhedo*; Campinas (8<sup>o</sup> lugar), com o *Correio Popular* e Paulínia (13<sup>o</sup> lugar), com o *Jornal de Paulínia*.



abordaram na primeira página, como seria de se esperar. A exceção ficou por conta do jornal *Correio Popular* de Campinas, que dedicou uma série de sete reportagens sobre a água.

Comparativamente à pesquisa anterior, no período de 3 a 9 de outubro de 2005, na *Semana de C&T*, o tema água esteve presente em apenas 6 matérias e, assim mesmo, de forma indireta, sem relação à *Semana*. Em relação somente à *Semana*, encontramos apenas 3 matérias<sup>18</sup>.

Em 2006, no período de 19 a 25 de março, por ocasião do Dia Mundial da Água, foram 61 referências ao tema água e 8 ao tema RMC, totalizando 69 matérias. O jornal *Correio Popular* contemplou o tema com 15 matérias diversas. No entanto, no dia 27 de março, data não contemplada no período analisado, publicou matéria no caderno Cidades, com menção na primeira página, sobre a qualidade dos rios da região, localizada na bacia do rio Piracicaba, contaminados com metais pesados e outros poluentes, segundo a Cetesb.

Destaque também para os jornais *Todo Dia*, de Americana, com 9 referências a água e 2 a RMC; e *Diário*, de Santa Bárbara d'Oeste, com 10 referências sobre o tema água. Contudo, deve-se destacar que ambos circulam em maior número de dias, se comparados aos demais jornais.

O *Jornal de Itatiba* também contemplou o tema com 2 referências. No caso da RMC, destacou em duas matérias o encontro do Parlamento Metropolitano de Campinas, para discussão do Índice de Desempenho Ambiental. No entanto, o jornal noticiou, nas duas vezes, o nome errado do índice<sup>19</sup>.

Quanto ao conteúdo, destacaram-se: o resultado da arrecadação obtida com a cobrança pelo uso da água, no Consórcio Intermunicipal das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ) no gênero informativo; e opiniões diversas sobre a relação entre água e manutenção da vida, divididas entre cartas de leitores, ambientalistas e articulistas. No caso da RMC, destacou-se a publicação do Inventário Municipal de Resíduos Sólidos, relatório elaborado pela Cetesb sobre a situação dos municípios do Estado de São Paulo quanto à disposição de seus resíduos sólidos.

Fazendo ou não referência ao Dia Mundial da Água, em 2004, e ao tema da campanha da fraternidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB),

---

<sup>18</sup> Neste caso, diante da pequena quantidade de referências, optou-se, então, pela análise qualitativa de todas as matérias encontradas nas páginas internas dos veículos.

<sup>19</sup> Em matéria de 23 de março, o termo foi “Índice de Desenvolvimento Ambiental”; em 25 de março, “Índice de Responsabilidade Ambiental”.



“Água, fonte de vida”, os jornais dos municípios que compõem a RMC assumiram nitidamente, na primeira etapa da pesquisa, os interesses dos moradores da região e dos municípios que estavam ameaçados pelo racionamento de água por conta de questões envolvendo o sistema Cantareira.

Já o mesmo não se pode dizer da *Semana Nacional de C&T*, em 2005, em que o centro das discussões era a água. Apesar do grande número de instituições participantes e a realização de eventos em todo o país, nos jornais da RMC, objeto desta pesquisa, verificou-se uma mobilização bem menor tanto da mídia, quanto dos grupos de interesse, o que pode ser constatado no número de matérias, bem inferior ao verificado em 2004.

Neste período, tínhamos como hipótese o fato de que a previsão de início de cobrança dos recursos hídricos pelos grandes usuários da água das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ), previstos para o mês de janeiro de 2006, seria objeto de maior divulgação da mídia regional e de mobilização das pessoas.

De certo modo, isto pode ser comprovado, pois o *Correio Popular* noticiou matéria de primeira página, em 19 de março de 2006, sobre a renda de R\$ 1,8 milhões obtida nos dois primeiros meses de cobrança pelo uso da água do PCJ. Segundo a matéria, o coordenador geral da agência PCJ acredita que a credibilidade no consórcio e nas possibilidades de retorno de investimentos para as bacias hidrográficas envolvidas expliquem a baixa inadimplência das empresas (apenas 3%).

No caso específico dos recursos hídricos, a mídia pode se revelar parceira fundamental do poder público e da sociedade civil em geral. No entanto, persistem dúvidas quanto à importância que é dada a determinadas temáticas, tais como no caso específico da *água*: as matérias seriam veiculadas apenas em momentos de datas comemorativas (referência ao dia mundial da água, 22 de março)? Supondo que seja, por que tão pouco espaço para um evento fundamental aos interesses da RMC quanto a *Semana de C&T* e cujo tema, no caso, era a *água*?

#### **4 Considerações Finais**

É inegável a correlação entre as notícias veiculadas pelos jornais regionais com a mobilização popular, quando os interesses são comuns. Fica evidente, na pesquisa comparativa realizada, utilizando-se a mesma temática da *água*, a diferença sobre o interesse da mídia na divulgação de eventos relacionados.



Enquanto em 2004 e 2006 verificou-se um número significativo de matérias, o mesmo não aconteceu em 2005, quando o número de matérias sobre a mesma temática da água, foi reduzido a apenas 6. Em 2004, estava em discussão o compartilhamento da gestão dos recursos hídricos das bacias que abastecem a Região Metropolitana de Campinas, em que o risco de racionamento e escassez da água era premente. Quanto a 2006, o destaque ficou por conta dos resultados obtidos na cobrança pelo uso da água nas bacias do PCJ.

O que diferencia, portanto, a maior divulgação em 2004 e 2006, em relação a 2005? Que diferenças os veículos estabeleceram na elaboração das pautas para a produção de matérias sobre a *água*? Fica evidente que o caráter de atualidade na seleção de pautas é predominante em relação a matérias de cunho educativo, como o verificado na *Semana Nacional de C&T de 2005*.

Além disso, percebe-se uma ausência de compreensão dos veículos sobre a responsabilidade social que têm na educação de uma cultura ambiental, a médio e longo prazos, para ampliar a mobilização de grupos de interesse e das populações locais e regionais em assuntos de interesse público. Não é a primeira pesquisa que constata uma distorção no papel educativo da mídia, que geralmente entende a educação numa perspectiva escolástica, formal, e não como formação de cultura e cidadania.

Outro aspecto importante foi a ausência de envolvimento dos poderes constituídos, Executivo, Legislativo e Judiciário, com a *Semana Nacional de C&T de 2005*, ao contrário do que se verificou em 2004. Possivelmente, se os prefeitos da RMC, tivessem participado diretamente da *Semana*, mobilizando secretarias municipais de Educação e instituições públicas que cuidam de tratamento e distribuição de água, além dos vereadores e os representantes do poder judiciário local e regional, a cobertura na mídia teria sido bem maior, face à utilização habitual das fontes oficiais pelos jornalistas.

O trabalho evidencia a necessidade de uma mobilização ampla, como ensina Toro (2004, p. 13), em que “[...] mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados [...]” e que as estratégias de comunicação para a mobilização social para sua eficácia, passam, necessariamente, pela participação de todos os atores sociais que interagem na esfera pública.



## Referências

BAUMAN, Z. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BUENO, L. M. de M.; MACHADO, M. H. F.; SILVA FILHO, N. M. da. Limites e possibilidades da gestão compartilhada de interesses comuns. In: FONSECA, R. B.; DAVANZO, A. M. Q.; NEGREIROS, R. M. C. (Org.). *Livro verde: desafio para a gestão da Região Metropolitana de Campinas*. Campinas, SP: NESUR-Instituto de Economia, Unicamp, 2002. p. 379-413.

CALDAS et al. Mídia e poder: configurações e relações na RMC. *Revista Comunicarte*, v. 23, n. 29, 2004, p. 55-76.

CALDAS, G. Mídia e memória: a construção coletiva da história e o papel do jornalista como historiador do cotidiano. In: BEZZON, L. C. (Org.). *Comunicação, política e sociedade*. Campinas: Editora Alínea, 2005, p. 137-149.

CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DAVANZO, A. M. Q.; NEGREIROS, R. M. C. Desafios da gestão metropolitana. In: FONSECA, R. B.; DAVANZO, A. M. Q.; NEGREIROS, R. M. C. (Org.). *Livro verde: desafio para a gestão da Região Metropolitana de Campinas*. Campinas, SP: NESUR-Instituto de Economia, Unicamp, 2002. p. 355-377.

FERNANDES, A. C.; BRANDÃO, C. A.; CANO, W. A Região Metropolitana de Campinas: análise integrada. In: CANO, W.; BRANDÃO, C. A. (Org.). *A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente*. Campinas, Ed. da Unicamp, 2002.

MORAN, J. M. *Leitura dos meios de comunicação*. São Paulo: Pancast Editora, 1993.

OLIVEIRA, M. J. C. *A relação do Estado, da sociedade e do mercado na construção da cidadania: o papel das relações públicas*. 2001. Tese (Doutorado em Comunicação Social), Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

TORO, A. J. B.; WERNECK, N. M. D. *Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação*. Brasília: MMA, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, Secretaria de Recursos Hídricos, Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior, UNICEF, 1997.

TORO, J. B.; WERNECK, N. M. D. *Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2004.

WOLF, M. *Teorias da globalização*. Lisboa, Editora Presença, 1995.



YAHN, A. G.; GIACOMINI, A. A. R. V. I. Recursos hídricos e saneamento. In: FONSECA, R. B.; DAVANZO, A. M. Q.; NEGREIROS, R. M. C. (Org.). *Livro verde: desafio para a gestão da Região Metropolitana de Campinas*. Campinas, SP: NESUR-Instituto de Economia, Unicamp, 2002. p. 195-223.